



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

EDITAL Nº 026/2025 - CPC/SESAPI

Processo nº 00012.040459/2025-73

CONTRATANTE:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ

OBJETO:

Prestação de serviços laboratoriais, especificamente Análise Histopatológica de amostras de tecidos/ou peças cirúrgicas para tratamento precoce em casos suspeitos de neoplasias, a serem solicitadas pelos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS).

VALOR ANUAL ESTIMADO:

R\$ 13.956.536,40 (treze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos)

Data/Hora para solicitação do Credenciamento:

06/10/2025 (10:00h)

Sistema eletrônico:

CredSUS, no sitio eletrônico credsus.saude.pi.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 02/10/2025, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020473427** e o código CRC **990F0C35**.

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), por intermédio da Comissão Permanente de Credenciamento (CPC), torna pública, para conhecimento dos interessados, que realizará, processo de Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s), para prestação de serviços laboratoriais, especificamente **análise histopatológica** de amostras de tecidos/ou peças cirúrgicas para tratamento precoce em casos suspeitos de neoplasias, a serem solicitados pelos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) assistidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

O credenciamento será realizado com fundamento no inciso IV do artigo 74 c/c inciso I do art.79 da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Estadual nº 21.872/2023 e conforme os termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, eventuais alterações e demais normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s), para de serviços laboratoriais, especificamente **análise histopatológica** de amostras de tecidos/ou peças cirúrgicas para tratamento precoce em casos suspeitos de neoplasias, a serem solicitados pelos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) assistidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, seguindo as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Com o intuito de garantir a atualização quantitativa e adequação às exigências e inovações técnicas, este **Edital 026/2025 - CPC/SESAPI** incorpora, como parte integrante do seu próprio anexo, Anexo A originalmente constante do Termo de Referência, passando a ser denominado **ANEXO II - UNIDADES, QUANTITATIVO E VALORES ESTIMADOS** e Anexo B originalmente constante do Termo de Referência, passando a ser denominado **ANEXO III - ESTABELECEMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE** permitindo a realização de alterações e inclusões de itens, desde que mantida a caracterização geral do objeto.

1.2.1. A periodicidade de atualização dos referidos anexos se dará a cada exercício, podendo ser realizada, de forma excepcional, sempre que se fizer necessária, conforme avaliação da Administração, de modo a mantê-los compatíveis com as necessidades do serviço.

1.2.2. As versões atualizadas serão publicadas no [Portal da Saúde do Estado do Piauí \(https://portal.pi.gov.br/sesapi\)](https://portal.pi.gov.br/sesapi), no [Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP \(https://www.gov.br/pncp/pt-br\)](https://www.gov.br/pncp/pt-br), no [Portal do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE-PI \(https://www.tcepi.tc.br\)](https://www.tcepi.tc.br) bem como no [Sistema de Credenciamento da Saúde do Piauí - Sistema CredSUS \(https://credsus.saude.pi.gov.br\)](https://credsus.saude.pi.gov.br), assegurando transparência e acesso à informação.

1.2.3. As alterações e inclusões entrarão em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A pessoa jurídica interessada em se inscrever neste processo de **Credenciamento nº 026/2025**, deverá apresentar ou enviar os documentos elencados no **ITEM 5 - deste Edital**, apresentando ou encaminhando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas em cartório ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação no ato da inscrição.

2.2. **O presente Edital ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados, enquanto estiver vigente o Credenciamento, em conformidade com o inciso I, parágrafo único do artigo 79 da Lei nº 14.133/2021.**

2.3. Poderão habilitar-se ao Credenciamento todas as pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação cuja documentação satisfizer as exigências e condições constantes deste Edital, e que aceitem as normas estabelecidas pela SESAPI;

2.4. Não poderão participar do presente credenciamento os interessados:

2.4.1. Que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

2.4.2. Que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Estado do Piauí e com a SESAPI, durante o prazo da sanção aplicada;

2.4.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.4.4. Que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Estado do Piauí, durante o prazo da sanção aplicada;

2.4.5. Que incidirem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021, observada a exceção prevista no § 2º do art. 14 da mesma Lei;

2.4.6. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Credenciamento;

2.4.7. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País; e

2.4.8. Em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

3. DA MANIFESTAÇÃO E INTENÇÃO DE CREDENCIAR

3.1. O acesso ao credenciamento é livre a todas as pessoas jurídicas que executem os serviços objeto deste Edital, desde que atendidos os requisitos definidos neste instrumento convocatório.

3.2. **Os interessados deverão solicitar o seu credenciamento através do sistema eletrônico CredSUS, no sítio eletrônico credsus.saude.pi.gov.br, anexar a documentação exigida a partir do dia 06/10/2025.**

3.3. Cada documento do credenciamento deverá ter no máximo até 20 MB de tamanho e formato em PDF pesquisável.

3.4. Para a operacionalização do Credenciamento, será utilizado o sistema CREDSUS, uma solução tecnológica que proporciona legalidade, celeridade, impessoalidade, efetividade, eficiência, eficácia e economicidade às contratações públicas.

3.5. Os credenciados receberão *login* e senha pessoais e intransferíveis para o uso do CREDSUS, podendo criar novos usuários para a operacionalização do sistema, ficando sob sua exclusiva responsabilidade todos os atos realizados pelos usuários.

3.6. A Secretaria de Estado da Saúde publicará a relação dos serviços a serem prestados no CREDSUS, em conformidade com o Edital, e todas as empresas credenciadas serão automaticamente notificadas pelo sistema, podendo ocorrer o envio automático de e-mails

e mensagens por aplicativos de mensagens nos endereços cadastrados pelos credenciados, sendo de responsabilidade destas a manutenção de suas respectivas contas nos servidores de e-mail e aplicativos de mensagens.

3.7. Os credenciados deverão ofertar suas propostas diretamente no sistema CREDSUS, informando o quantitativo ofertado para cada item e aderindo ao preço estabelecido e padronizado no Edital.

3.7.1. A quantidade ofertada por item deve observar o quantitativo mínimo e máximo demandado em cada cotação.

3.7.2. De acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público, o prazo de registro das ofertas será informado em cada cotação, período no qual os credenciados cadastrarão e enviarão suas ofertas no CREDSUS, sob sua exclusiva responsabilidade.

3.7.3. Os credenciados deverão ofertar os exames de qualquer dos grupos contidos no Anexo A deste Termo de Referência quando convocadas a fazê-lo, considerando que os quantitativos previstos são estimados e serão distribuídos de acordo com a demanda, não sendo possível antecipar qual empresa atenderá a qual das planilhas.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de Credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

4.2. Os interessados em eventuais esclarecimentos ou impugnações enviá-los ao endereço eletrônico da [CPC \(e-mail.credenciamento@saude.pi.gov.br\)](mailto:CPC(e-mail.credenciamento@saude.pi.gov.br)).

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.4. Caberá à Comissão Permanente de Credenciamento decidir sobre as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de credenciamento, exigir-se-á dos interessados a documentação relativa a:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação Econômico-Financeira;
- d) Qualificação Técnica.

5.2. Habilitação Jurídica

5.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.2.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

5.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus

administradores;

5.2.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.2.6. Os documentos previstos nos subitens 9.2.1 a 9.2.5 , conforme o enquadramento societário da proponente, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2.7. Apresentar, ainda, a seguinte documentação:

a) Alvará ou licença Sanitária Estadual ou Municipal;

b) Registro ou inscrição da empresa nos órgãos de controle e fiscalização do exercício da atividade profissional.

c) Apresentar Cópia do registro do Laboratório/Clínica junto ao Conselho respectivo e comprovante de regularidade.

5.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente;

5.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.3.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

5.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e, conforme o caso demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

5.4.2. Certidão negativa de falência pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

5.5. **Qualificação Técnica**

5.5.1. Poderão ser contratados laboratórios de análises clínicas multiespecializados que disponham de setor de anatomia patológica com estrutura física adequada, equipe qualificada e responsável técnico, atendendo integralmente aos requisitos estabelecidos neste Termo.

5.5.2. Habilitação Técnica em Anatomia Patológica.

5.5.2.1. Apresentação de registro como laboratório de análises clínicas e anatomia patológica junto à Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, válido, conforme RDC nº 302/2005 e RDC nº 11/2012, ou outra norma que vier a substituí-las.

- 5.5.2.2. Inscrição ativa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), vinculada a laboratório de análises clínicas ou multiespecialidades, devendo constar, obrigatoriamente, setor técnico ou serviço de anatomia patológica (Resolução CFM nº 2.169/2017 c/c Resolução CFM nº 2.147/2016).
- 5.5.3. Responsável Técnico pelo Setor de Anatomia Patológica
- 5.5.3.1. Médico patologista, registrado no CRM/PI, com:
- Registro de Qualificação de Especialista (RQE).
 - Certificado de residência médica ou especialização.
 - Indicação formal como responsável técnico do setor ou serviço de anatomia patológica, conforme ficha CNES do estabelecimento.
- 5.5.4. Comprovação da equipe técnica:
- Lista nominal de patologistas vinculados.
 - Comprovação de inscrição ativa desses profissionais no CRM/PI.
 - Relação de técnicos laboratoriais especializados.
- 5.5.5. Certificado de participação atualizado em Programa de Avaliação Externa da Qualidade (PEAQ), emitido por entidade técnica reconhecida nacionalmente, como a Sociedade Brasileira de Patologia (SBP), Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML), ou outro organismo acreditado, em conformidade com a RDC nº 978/2025.
- 5.5.5.1. Em caso de não apresentação do certificado, apresentar declaração de comprometimento às adequações, até o prazo final de 90 (noventa) dias, contados da publicação da referida RDC nº 978/2025, conforme art. 191.
- 5.5.6. Apresentação de licença sanitária válida, expedida pela autoridade de vigilância sanitária competente (RDC ANVISA nº 275/2002).
- 5.5.7. Comprovação de Estrutura Laboratorial Própria com apresentação de:
- Relatório descritivo das instalações técnicas.
 - Lista de equipamentos principais (micrótomo, processadores, imuno-histoquímica).
 - Declaração formal de que o laboratório possui estrutura própria e realizará no mínimo 70% do objeto contratado diretamente.
- 5.5.8. Plano de Controle Interno de Qualidade (RDC ANVISA nº 11/2012).
- 5.5.8.1. Relatório dos últimos 6 meses de indicadores internos (tempo médio de liberação de laudos, percentual de inconclusivos e revisões internas).
- 5.5.9. Certificados de calibração e manutenção preventiva dos principais equipamentos laboratoriais (RDC ANVISA nº 275/2002).
- 5.5.10. Apresentação do PGRSS atualizado e aprovado pela autoridade sanitária (RDC ANVISA nº 222/2018).
- 5.5.11. Declaração formal sobre:
- Arquivamento de lâminas e blocos por 5 anos (exames negativos) e 20 anos (exames positivos), conforme normas da Sociedade Brasileira de Patologia.
 - Arquivamento de laudos assinados digitalmente com certificado digital.
- 5.5.12. Apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por entes públicos ou privados, comprovando experiência progressiva na execução de serviços similares nos últimos 3 anos.
- 5.5.12.1. Atestados deverão referir-se à prestação de no mínimo 500 exames

histopatológicos mensais.

5.5.12.2. Apresentação de laudos técnicos modelos emitidos pelo laboratório, com assinatura digital certificada.

5.5.13. Apresentação de Certificações Complementares:

a) Certificado ISO 9001 ou similar (se houver).

b) Certificado DICQ da SBPC/ML (se houver).

5.5.13.1. A não apresentação das certificações complementares do tópico acima não tem caráter desclassificatório.

6. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela **Comissão Permanente de Credenciamento, com Pareceres Técnicos dos Coordenadores Técnicos da Superintendência demandante.**

6.2. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para **prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.**

6.3. A apreciação da Comissão consistirá no exame da conformidade da documentação apresentada pelo interessado com o exigido neste Edital.

6.4. A validade de certidões obtidas na internet será confirmada pela Comissão por ocasião da apreciação do pedido de credenciamento.

6.5. A Comissão realizará buscas, inclusive em sites de órgãos oficiais, a fim de confirmar que o interessado não se enquadra em alguma das situações que impossibilitam a contratação.

6.6. Salvo situação excepcional, devidamente justificada, é de cinco dias úteis, contados da apresentação do requerimento, o prazo de que dispõe a Comissão Permanente de Credenciamento para comunicar o interessado acerca do acolhimento ou rejeição do pedido de credenciamento.

6.7. Nos casos de rejeição do pedido de credenciamento, a Comissão Permanente de Credenciamento exporá os motivos pertinentes.

6.8. O postulante que teve seu pedido rejeitado poderá corrigir erros ou suprir omissões que levaram ao indeferimento, inclusive mediante a apresentação de documentos, e deverá fazê-lo por meio de novo requerimento.

6.9. Todos os interessados que satisfizerem os requisitos deste Edital serão credenciados.

7. DOS RECURSOS

7.1. A Credenciada cujo pedido de credenciamento for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, observadas as demais condições dispostas no art.165 de Lei nº 14.133/2021.

7.2. A recorrente deverá encaminhar as razões do recurso para o endereço eletrônico da [CPC \(e-mail_credenciamento@saude.pi.gov.br\)](mailto:CPC(e-mail_credenciamento@saude.pi.gov.br)).

7.3. Caberá à Comissão Permanente de Credenciamento decidir sobre os recursos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da mensagem eletrônica, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

7.4. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo participante importará na decadência do direito de recurso.

7.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a Comissão Permanente de Credenciamento ratificará sua decisão.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADO

8.1. Analisada a documentação para verificar o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, a SESAPI divulgará o resultado, com a lista de credenciados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí, sítio eletrônico oficial (<http://www.saude.pi.gov.br/credenciamento>), sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (<https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/>) e no sistema CredSUS (<https://credsus.saude.pi.gov.br/>).

8.2. A lista será atualizada à medida que novos interessados forem considerados aptos para credenciamento.

9. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

9.1. Por se tratar de Credenciamento na modalidade **paralela e não excludente (art.79, I da Lei nº 14.133/2021)**, o sistema CREDSUS irá utilizar os seguintes critérios objetivos para a distribuição da demanda:

9.1.1. 1º Maior capacidade de oferta de serviços, de acordo com o quantitativo global ofertado por cada empresa em suas propostas;

9.1.2. 2º Menor volume de exames realizados para a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI, durante a vigência do mesmo Credenciamento;

9.1.3. 3º Ordem cronológica de credenciamento, aferida pela data e hora de recebimento da documentação, desde que ela esteja conforme.

9.2. Após o processamento da cotação, o CREDSUS emitirá automaticamente os contratos para aqueles que forem credenciados.

9.3. Os Credenciados exercerão o direito de preferência no momento da emissão da Ordem de Serviço, quando o CREDSUS irá identificar os critérios de distribuição da demanda, de acordo com os itens 9.1.1 a 9.1.3, e elaborar as Ordens de Serviços para os itens demandados em cada execução.

9.4. O credenciado terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato/Termo de Credenciamento, contado a partir do momento da assinatura do Secretário de Estado da Saúde.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. As contratações decorrentes deste Credenciamento serão formalizadas por meio de Termo de Contrato, em conformidade com o inciso II do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. As assinaturas do termo de contrato se dará **via sistema eletrônico CredSUS. Prevalecerão as disposições deste Edital, publicado no endereço eletrônico credsus.saude.pi.gov.br.**

10.3. Até a data da assinatura do termo de contrato, poderá ser eliminada do credenciamento qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação técnica, econômico-financeira ou fiscal tenha se alterado passando assim a ficar em situação irregular.

10.4. Ocorrendo o descumprimento do prazo de assinatura do termo de contrato a empresa poderá ser descredenciada.

11. DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E DO PEDIDO DESCRENCIAMENTO

11.1. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou

conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

11.2. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento, bem como na Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Federal 8.080/90, ensejará o descredenciamento da entidade e a extinção do Contrato.

11.3. Também são situações passíveis de descredenciamento, assegurado o o contraditório e a ampla defesa:

a) Não atendimento à convocação para os serviços;

b) Descumprimento do prazo de assinatura do contrato estabelecido neste instrumento.

11.4. A empresa descredenciada estará impossibilitada de contratualizar com a SESAPI através do presente Credenciamento pelo prazo de 6 (seis) meses em se tratando de primeiro descredenciamento, ou pelo prazo de 12 (doze) meses em caso de reincidência, podendo, em qualquer das situações, ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação

11.5. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante aviso escrito, desde que requerido com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

11.6. A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

11.7. O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o Credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na Legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

11.8. Se for conveniente para a Administração, a Secretaria de Estado da Saúde poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação do objeto deste Edital.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O Credenciado que cometer qualquer das infrações aqui discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativa, conforme previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.1.1. **ADVERTÊNCIA:** será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos e/ou nas prestações de serviços, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

12.1.2. **MULTA:** será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto contratado e compreenderá a 5% (cinco por cento), por dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor do contrato, pelo atraso na execução da ordem de fornecimento e/ou serviço.

12.1.2.1. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, o credenciado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob

pena de cobrança judicial.

12.1.2.2. Na hipótese do credenciado não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a SESAPI inscreverá o valor em dívida ativa.

12.1.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí-CADUF, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não atender às autorizações de serviços ou não entregar a documentação exigida para o credenciamento, quando convocado dentro do prazo estabelecido no edital;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado sem motivo justificado.

12.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

12.1.5. É admitida a reabilitação do credenciado perante o Estado do Piauí, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

12.2. Além das penalidades citadas, o credenciado ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Piauí- CADUF e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração desta Secretaria de Estado da Saúde, o credenciado, conforme o caso, poderá ficar isenta das penalidades mencionadas.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao credenciado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADUF.

13. DO PRAZO DO CREDENCIAMENTO

13.1. O prazo de vigência do credenciamento será de até 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período, sendo possível o cadastramento de novos interessados durante esse período, em conformidade com o art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que prevê: "I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados".

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência (SEI Nº 0019585064);

Anexo II - Descrição, Quantitativo Estimados (SEI Nº 0019893531);

Anexo III - Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (SEI Nº 0019893715);

Anexo IV - Modelo de Declarações (SEI Nº 0020329060);

- Modelo de Habilitação
- Modelo de Cadastro da Empresa
- Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;
- Declaração de Idoneidade para Contratar com a Administração Pública;
- Modelo de Declaração de Aceitação dos Valores da Tabela de Preços Sesapi;

Anexo V - Minuta de Contrato (SEI Nº 0019892849).

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

MATRIZ DE RISCOS - SESAPI-PI/GAB/APC Teresina/PI, 08 de agosto de 2025.

Processo nº 00012.040459/2025-73

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços laboratoriais, mais especificamente análise histopatológica de amostras de tecidos e/ou peças cirúrgicas para tratamento precoce em casos suspeitos de neoplasias, a serem solicitados pelos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), gerenciados pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí.

DEFINIÇÕES

- a) Matriz de Riscos: A matriz de risco é uma ferramenta utilizada para avaliar a probabilidade de um evento acontecer e quais seriam os impactos (consequências), ou seja, de que forma ele afetaria o ambiente de trabalho.
- b) Risco: evento que pode acontecer e que quando for negativo pode ser evitado ou contornado quando previsto.
- c) Probabilidade: perspectiva para que algo venha a acontecer. Possibilidade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

PROBABILIDADE

ESCALA	DESCRIÇÃO
1 - Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.
2 - Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.
3 - Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.

MATRIZ DE RISCO

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	ALOCAÇÃO DO RISCO	TRATAMENTO
Atraso na entrega dos exames (urgentes e não urgentes)	Laudos laboratoriais não entregues no prazo estipulado, comprometendo o atendimento clínico.	MÉDIA	CREDENCIADA	Definir prazos contratuais, aplicar indicadores de desempenho e penalidades por descumprimento.

Erro técnico em laudo histopatológico	Emissão de resultado equivocado ou inconclusivo, comprometendo o diagnóstico do paciente.	ALTA	CREENCIADA	Exigir qualificação da equipe técnica; obrigar participação em Programas de Controle de Qualidade Externo; prever auditoria amostral e retrabalho sem ônus; prever subcontratação de laboratório qualificado para emitir segundo laudo.
Inadequação de infraestrutura laboratorial	Ambiente físico, equipamentos ou processos laboratoriais não compatíveis com os padrões exigidos para análise histopatológica.	MÉDIA	CREENCIADA	Exigir inspeção técnica prévia, licenciamento sanitário, comprovação de capacidade técnica e manutenção preventiva periódica dos equipamentos.
Transporte inadequado do material biológico	Descumprimento das normas da RDC nº 786/2023, causando perda ou contaminação das amostras.	ALTA	CREENCIADA	Exigir veículos e pessoal capacitados; prever glosas e substituição da equipe em caso de reincidência; material de conservação compatível com as melhores práticas.
Perda ou extravio de amostras durante transporte ou triagem	Amostras coletadas são danificadas, extraviadas ou trocadas no processo logístico.	MÉDIA	CREENCIADA	Exigir rastreabilidade das amostras; uso de etiquetas codificadas; responsabilização em contrato.

Ausência de recursos orçamentários	Falta de disponibilidade financeira para contratação ou continuidade do contrato.	MÉDIA	CREDCIANTE	Planejamento orçamentário prévio, com reserva orçamentária e priorização da despesa.
Descompasso entre a rede hospitalar e os laboratórios	Falta de articulação logística e técnica entre as unidades hospitalares da SESAPI e os laboratórios contratados, dificultando a coleta e envio das amostras.	MÉDIA	COMPARTILHADO	Definir fluxos operacionais entre hospitais e laboratórios; atribuir responsabilidade conjunta por transporte, prazo e rastreio; criar canal direto entre os responsáveis técnicos.
Falta de comprovação de insumos utilizados	Não apresentação de documentação fiscal ou técnica sobre kits e reagentes aplicados nos exames realizados.	MÉDIA	CREDCIANADA	Exigir nota fiscal dos insumos utilizados; prever glosa de pagamento na ausência da comprovação; fiscalizar por amostragem.
Uso indevido ou prolongado da dispensa de licitação	Utilização da dispensa emergencial fora dos limites legais, sem caracterização adequada da emergência ou ausência de planejamento para contratação regular.	BAIXA	CREDCIANTE	Planejar contratação ordinária desde o início da dispensa; delimitar vigência da emergência e do contrato emergencial; registrar motivação formal; garantir controle jurídico prévio; estabelecer cronograma de transição para licitação regular.
Incapacidade de Execução do Serviço	Risco de o			Realizar análise prévia da qualificação

<p>contratado, selecionado por dispensa emergencial, não possuir capacidade técnica, operacional ou estrutural suficiente para executar o objeto conforme pactuado, o que pode levar à paralisação dos serviços e impacto direto na assistência à saúde pública.</p>	<p>MÉDIA</p>	<p>CREENCIADA</p>	<p>técnica e estrutura operacional do contratado. Prever exigência de comprovações mínimas (capacidade instalada, equipe, equipamentos). Incluir cláusulas de penalidade e plano de contingência. Mapear fornecedores substitutos para resposta imediata em caso de falha.</p>
--	--------------	-------------------	--

(Assinado e datado eletronicamente)

Alexandre Farias Chaves

Assessor de Gabinete/ SESAPI

Aprovo:

(Assinado e datado eletronicamente)

Antônio Luiz Soares Santos

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE FARIAS CHAVES - Matr.01972936, Assessor de Gabinete**, em 21/08/2025, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 22/08/2025, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0019584894** e o código CRC **ADA4B656**.

Referência: Processo nº 00012.040459/2025-

73

SEI nº 0019584894

